

PROPOSTAS DAS ETAPAS MUNICIPAIS E SITEMATIZADAS PELA COMISSÃO ORGANIZADORA DO FÓRUM ESTADUAL

EIXO TEMÁTICO 1 – ESTRATÉGIAS PARA MANTER E APRIMORAR O CONTROLE SOCIAL ASSEGURADA À PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROPOSTAS:

- 1)** Implantar uma política de capacitação continuada dos conselheiros, pessoas com deficiência, núcleo familiar e para a rede de atendimento às PCDs (como instituições públicas e privadas). Fomentar a participação com reuniões periódicas, monitoramento e acompanhamento das políticas para pessoas com deficiência criando estratégias que facilitem o acesso à informação como instrumento e articulação social, estimulando ações conjuntas com rede de atendimentos para a criação de programas voltados a cuidadores e familiares das pessoas com deficiência nos grupos de convivência.
- 2)** Divulgar os direitos da pessoa com deficiência através de palestras, folders, panfletos, cartilhas e mídias sociais, prezando pelos aspectos de acessibilidade, com intuito de sensibilizar que a pessoa com deficiência é, também, sujeito de direitos, abrangendo todas as políticas públicas e a sociedade de uma forma geral, estimulando a inclusão social e igualdade de condições, além de elaboração de cartilha com instruções de atendimento e cuidados às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- 3)** Realizar capacitação, formação continuada e permanente dos conselheiros a respeito das políticas

públicas voltadas para pessoa com deficiência, com o objetivo de promover e efetivar a execução da garantia de direitos desta parcela da população, bem como fortalecer a articulação com os gestores da administração pública e a participação de conselheiros com deficiência nos conselhos municipais dos direitos da pessoa com deficiência.

- 4)** Fomentar a implantação de Conselhos, Planos e Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência em todo o Estado em parceria com o órgão gestor da Política da Pessoa com Deficiência. Implementar e fortalecer os Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, dotando-os de recursos financeiros e infraestrutura necessários para o efetivo controle social e exercício de suas funções.
- 5)** Criar políticas de capacitação/formação continuada para conselheiros (as) dos direitos da pessoa com deficiência, nas esferas federal, estadual, municipal, acerca do papel dos conselheiros (as), legislação, normativas e aplicação dos recursos, bem como divulgar, por meio das mídias digitais e impressa, os direitos da pessoa com deficiência, assegurar a acessibilidade e a proporcionar sua efetiva participação, nas políticas públicas, espaços democráticos e de promoção, proteção, defesa e garantia de direitos.

EIXO TEMÁTICO 2 – GARANTIA DO ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL UNIFICADA

PROPOSTAS:

- 1)** Garantir um desenho universal de sociedade, propiciando adaptação razoável, conforme a normativa ABNT 9050 de 2015 e ABNT 16.537 de 2024, objetivando assegurar às pessoas com deficiências seu direito de ir e vir, com segurança e autonomia, nos órgãos públicos, áreas de lazer, estabelecimentos e instituições privadas, OSC e demais espaços de participação. Implantar a acessibilidade arquitetônica, urbanística e de transporte, por meio de políticas públicas voltadas para as Pessoas com Deficiência, que proporcionem condições gerais de acessibilidade à informação, à comunicação e às ajudas técnicas, bem como realizar a adequação das Leis de novas construções (públicas e privadas). Garantir a participação de representantes e das pessoas com deficiência na construção e deliberação dos documentos e legislação relacionados a critérios de construção de vias e espaços públicos, prédios públicos, para garantia de inclusão e acessibilidade nos projetos de engenharia e arquitetura.
- 2)** Ofertar cursos de qualificação profissional e formação continuada sobre as temáticas de inclusão social, deficiência, diversidade, capacitismo e anticapacitismo, equidade, acessibilidade e tecnologias assistivas, libras, braile para servidores municipais e estaduais, profissionais das redes de atendimento nos diferentes níveis de atenção, como SUS, SUAS, Rede de Proteção e Conselho

Tutelar de forma gratuita e acessível, para promoção de serviços de excelência aos usuários da política, com agilidade e prioridade nos atendimentos públicos a fim de facilitar o acesso de pessoas com deficiência às políticas públicas, visando fomentar a defesa dos direitos sociais, humanos, políticos e civis deste segmento, contribuindo para a não violência institucional. Fomentar a produção e a difusão de estratégias, experiências e conhecimentos que colaborem para qualificar a gestão de políticas públicas de forma a contemplar a plena participação das pessoas com deficiência. Assegurar representatividade da pessoa com deficiência no processo de elaboração dos Planos Municipais das diversas políticas públicas. Incluir a pessoa com deficiência, respeitando suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer.

- 3)** Criar órgão de apoio permanente às políticas públicas da pessoa com deficiência (em âmbito estadual e municipal), reunindo equipe técnica capacitada e especializada, que sejam preferencialmente pessoas com deficiência, para orientar a regulamentação e implementação destas políticas, sendo interface entre a lei, usuários e prestadores de serviço (seja na forma de um “núcleo de acessibilidade”, “câmara técnica”, assessoria/departamento ou “secretaria” específica). Planejar ações para a execução através da organização do aparelho administrativo bem como dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, com vistas a atingir os objetivos da política pública. Implantar uma coordenadoria específica, tendo uma pessoa de referência para atendimento

especializado a pessoas com deficiência, de modo a orientar e direcionar as demandas desse público, garantindo prioridade no atendimento seja na área da saúde, assistência social, educação, habitação, esporte, cultura, lazer e demais áreas afins.

- 4) Integrar ações em nível municipal, estadual e federal a fim de conduzir ações que melhorem a qualidade de vida material, física, psicológica e social das pessoas com deficiência. Avaliação, especificação e acompanhamento de saúde adequados. Destinar recursos financeiros para implantação, capacitação e manutenção do serviço de avaliação biopsicossocial (cofinanciamento municipal e federal). Implementação de mecanismos de avaliação biopsicossocial que considerem as necessidades específicas de cada pessoa com deficiência, garantindo uma abordagem holística e personalizada nas políticas públicas. Implementar equipes multidisciplinares em centros de saúde para realizar avaliações biopsicossociais abrangentes, garantindo o entendimento integral das necessidades de saúde das pessoas com deficiência e direcionando planos de cuidados personalizados. Instituir programas de formação continuada para profissionais envolvidos na avaliação biopsicossocial, com ênfase na abordagem centrada na pessoa e na compreensão das interseccionalidades das deficiências. Desenvolver sistemas integrados de dados para avaliação unificada, permitindo o compartilhamento eficiente de informações entre diferentes setores governamentais, visando uma prestação de serviços mais coordenada e eficaz.

5) Realizar audiências públicas regionais para envolver a comunidade na revisão e aprimoramento constante das políticas públicas, assegurando que as necessidades específicas de cada local sejam consideradas na elaboração de estratégias. Criação de campanhas de conscientização e capacitação para profissionais de saúde, assistência social e demais áreas envolvidas, promovendo uma compreensão ampla das necessidades biopsicossociais das pessoas com deficiência. Promover estudos e diagnósticos para a geração de informações (banco de dados) para a criação de programas e realização de campanhas de sensibilização humana. Propor a criação de cursos na área de tecnologia assistiva, que propõe a valorização, a inclusão e a igualdade dessas pessoas na promoção dos direitos humanos, bem como o desenvolvimento de outras ações com o objetivo de formar recursos humanos qualificados vislumbrando novos caminhos de inclusão social, pessoas com deficiência e idosos. Criação de plataforma digital com informações pertinentes sobre políticas públicas dirigidas para PcD com recursos de acessibilidades diversas e área para recolhimento de sugestões da população.

EIXO TEMÁTICO 3 – FINANCIAMENTO DA PROMOÇÃO DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PROPOSTAS:

- 1)** Criar, implementar, estruturar e regulamentar o Fundo Estadual dos Direitos da pessoa com Deficiência do Estado do Paraná com dotação orçamentária em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão e fontes definidas (como por exemplo: multas das empresas que não cumprem as leis de cotas, multas de estacionamento irregular em vagas destinadas à pessoa com deficiência e multas por falta de acessibilidade), para promover autonomia, independência e participação efetiva das pessoas com deficiência na sociedade, além do fortalecimento do controle social. A destinação dos recursos do referido Fundo Estadual deve estar claramente estabelecida na sua lei de criação.
- 2)** Fomentar e apoiar a criação, o fortalecimento e a implementação dos Fundos Municipais dos direitos da pessoa com deficiência nos municípios do Estado do Paraná.
- 3)** Aprimorar o pacto federativo com responsabilidades e financiamentos nas três instâncias federativas para incentivar estudos e pesquisas dos fatores relacionados a deficiências, com o objetivo de contribuir na construção de políticas públicas efetivas na área dos direitos da pessoa com deficiência e promover a implementação intersetorial das políticas públicas, garantindo por meio de convênios os repasses mensais de um montante fixo para entidades que atendam pessoas com deficiência.
- 4)** Implementar ações para consultoria e realização de um diagnóstico técnico qualitativo e quantitativo da população PcD (e principais demandas) para que seja desenvolvida uma política estruturante das ações a serem implantadas.

- 5) Garantir recursos orçamentários para as políticas de capacitação/formação continuada para conselhos de direitos da pessoa com deficiência, bem como instrumentalizar as redes de atendimento estadual e municipal à pessoa com deficiência, inclusive fomentar e investir em políticas de acessibilidade, promovendo o desenho universal, a remoção de barreiras arquitetônicas e atitudinais e os ajustes necessários para garantir a inclusão, em todos os espaços, das pessoas com deficiência.
- 6) Garantir a previsão orçamentária para a política pública para pessoa com deficiência, por meio da instituição e lotação de recursos no Fundo PCD e fonte do tesouro, previstos na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual) suficiente para a implantação, implementação e manutenção de programas e projetos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

PROPOSTAS:

- 1) Promover e implantar projetos arquitetônicos acessíveis, objetivando a construção, adaptação e manutenção de espaços, comércios, prédios públicos, vias públicas, calçadas com rotas acessíveis, rampas de acesso, sinalização, informação tátil e sonora, ciclovias, travessias elevadas, banheiros adaptados dos espaços públicos e privados, academias e parques ao ar livre com equipamentos adaptados. Garantindo a acessibilidade conforme legislações vigentes que estabelecem normas gerais e critérios para promoção de acessibilidade.
- 2) Garantia de acesso à tecnologia assistiva, usando como referência, a lista de produtos assistivos prioritários da Organização Mundial de Saúde, mas não limitando apenas a estes, que incluem: Sistema sinalizador de alarme com luz, som, vibração; Aparelho de áudio habilitado para o formato DAISY; Dispositivo de linha (display) Braille; Material e equipamentos de escrita em Braille; Bengala (branca e verde) e bastão; Dispositivos para banho e higiene; Monitor e Mostrador de legendas; Suportes de apoio para sustentação; Órtese para membros superiores, inferiores e coluna vertebral; Dispositivos para comunicação; Software de comunicação; Apoio para mobilidade e autonomia (exemplo: Muleta auxiliar com apoio no cotovelo); Comunicador para surdos cegos (ou DeafBlind Communicators, DBC); Sensor e alarme de queda; Tecnologia que converte sinais (Libras); Localizador com Sistema de Posicionamento Global (ou Global Positioning System, GPS), Corrimão e barra de apoio; Aparelho auditivo (digital) e baterias; Aro de indução magnética (hearing loop);

Sistema FM; Produtos para a incontinência; Software de emulação; Simulação de mouse e teclado; Joystick adaptado; Lupa digital; Lupa manual; Assistente Pessoal Digital (ou Personal Digital Assistant, PDA); Gravador; Sistema de alarme de emergência pessoal; Gestor e Organizador de comprimidos e medicamentos; Almofada para alívio de pressão; Colchonete para alívio de pressão; Rampa portátil; Andador fixo e com rodas; Leitor de tela; Óculos para baixa visão de curta distância ou longa distância com filtros e proteção solar; Estabilizador ajustável para a postura em pé; Calçado terapêutico ou ortopédico para usuário diabético ou com pé neuropático; Dispositivo auxiliar para gerenciamento do tempo; Dispositivo auxiliar portátil para orientação; Triciclo; Dispositivo de comunicação por vídeo; Relógio com auto falante sensível ao toque; Cadeira de roda para uso ativo; Cadeira de rodas manual para condução por um assistente; Cadeira de rodas manual com suporte postural; Cadeira de rodas motorizada; Cadeiras de rodas adaptadas para atividades esportivas; Dispositivos para pessoas com Transtorno do Espectro

Autista.

- 3) Ofertar acessibilidade e tecnologia assistiva com manutenção de salas de recursos multifuncionais acesso a softwares, AVAs, lousas digitais nas salas de aula, computadores adaptados, jogos adaptados, instalação de sintetizadores de voz, como o Dosvox e o NVDA, em equipamentos das bibliotecas públicas e nas escolas.

- 4) Implementar mecanismos para incentivar e fiscalizar os espaços públicos e privados, a realizar investimentos e ações de inclusão destinadas às pessoas com deficiência, garantindo o direito do desenho universal no ambiente de trabalho, no transporte, na educação, no esporte, na cultura, no lazer e na saúde.
- 5) Elaborar diagnóstico a fim de identificar barreiras arquitetônica e atitudinais, propondo diretrizes para garantir os direitos para a segurança de renda, manutenção de vínculos familiares e comunitários, habitação digna e acessível e ações para desenvolver há autonomia na convivência familiar e comunitária na promoção do acesso a direitos fundamentais e da condição de pleno acesso a cidadania.

EIXO TEMÁTICO 5 – OS DESAFIOS PARA COMUNICAÇÃO UNIVERSAL

PROPOSTAS :

- 1) Garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência por meio do uso de tecnologias assistivas digitais, (Sistemas, Plataformas, sites, aplicativos com tradução instantânea para Língua Brasileira

de Sinais (LIBRAS) e etc. Nos espaços públicos e privados observando o desenho Universal, adotando técnicas de texto auto descritivo (audiodescrição) na veiculação dos materiais institucionais das diversas áreas e secretarias com materiais impressos e redes sociais.

- 2)** Inserir Língua Brasileira de Sinais/Guia intérprete, nas escolas municipais, colégios estaduais, faculdades e universidades públicas e privadas em todo o território nacional, para garantir acessibilidade na comunicação para pessoas surdas e surdoscego.
- 3)** Instituir programas de desoneração de impostos nos estados, municípios e união, para pessoas com deficiência adquirir equipamentos de tecnologias assistivas, como aplicativos, sistemas, plataformas e equipamentos que possibilitem melhorar a autonomia da pessoa com deficiência.
- 4)** Propor cursos de capacitação na área da pessoa com deficiência, nas instituições públicas e privadas, abordando práticas inclusivas, de como se relacionar com as pessoas com deficiência, diversidade de linguagens e o uso adequado de tecnologias assistivas, garantindo uma comunicação mais acessível e representativa para todos.
- 5)** Investir em ciência e tecnologia, desenvolvendo pesquisas de tecnologias assistivas para aprimorar a acessibilidade na comunicação, desenvolvendo aplicativos com tradução automática de linguagem de sinais, sistemas com reconhecimento de voz e equipamentos acessíveis para as

pessoas com deficiência.